



ACÇÃO SOCIALISTA

UMA ALTERNATIVA DE CONFIANÇA

O PS TEM UMA ALTERNATIVA DE CONFIANÇA PARA O PAÍS ASSENTE NO RIGOR ORÇAMENTAL, PROMOÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO E REFORÇO DA COESÃO SOCIAL



JORGE FERREIRA



JÁ CONHECE O
**ACÇÃO SOCIALISTA
DIGITAL DIÁRIO?**

TODOS OS DIAS ÚTEIS,
COM CONTEÚDOS EXCLUSIVOS.

**ATUALIZE OS SEUS DADOS NO PS PARA
RECEBER ALERTAS DAS NOVAS EDIÇÕES.**

LEIA E SUBSCREVA!

www.accaosocialista.pt



DIAS ÚTEIS
17H

QUENTE & FRIO

A ESCALDAR

Direita não desiste dos cortes nas pensões

Entusiasmada perante uma plateia de jovens do PSD, a ministra das Finanças não resistiu a seguir o guião do Governo de tentar colocar gerações contra gerações e anuncia a hipótese de haver mais cortes nas reformas dos atuais pensionistas. São 600 milhões de euros previstos de cortes. Face a este deslize da ministra – fugiu-lhe a boca para a verdade – alguns comentadores da direita nos diversos espaços que ocupam nos media não conseguiam esconder a sua irritação.

QUENTE

Angústia para o jantar

A coligação de direita assinalou um ano de saída troica com uma jantarada em Guimarães. “Um insulto” aos portugueses que sofrem com a crise, foi como o líder parlamentar do PS, Ferro Rodrigues, classificou este evento. Depois da devastação económica e social que fizeram ao país, PSD e CDS comemoram o quê? Enquanto a direita comia e brindava, a essa hora milhões de portugueses tinham angústia para o jantar.

FRIO

Governo passa à oposição

Desde que um grupo de economistas a pedido do PS apresentou o cenário macroeconómico e que depois foi anunciado o projeto de programa eleitoral socialista, a direita nunca mais foi a mesma: anda desorientada. E, num frenesim, Passos, Portas e ministros desdobram-se em declarações de ataque às propostas do PS. Muitas vezes, nota-se, sem sequer as terem lido. O Governo, sem ter nada mais para oferecer aos portugueses do que a continuação da austeridade, passa assim à oposição.

GELADO

Um país cada vez mais desigual

Os números, tal como o algodão, não enganam. No seu mais recente relatório, a OCDE afirma, de forma clara e incontroversa, que Portugal é hoje um dos países com maiores níveis de pobreza consolidada e um dos mais desiguais entre os 34 que fazem parte da OCDE.

Esta realidade vem desmentir a propaganda da direita e tornar claro o aumento exponencial das desigualdades e da pobreza que estão a ser semeadas pela política de austeridade expansionista do Governo PSD/CDS-PP.

J. C. C. B. / R. S. A



COMISSÃO NACIONAL

PORTUGAL PRECISA DE GANHAR TRANQUILIDADE E CONFIANÇA

As alternativas em causa nas eleições legislativas deste ano são cada vez mais claras: o PS representa uma aposta no rigor e na confiança enquanto a coligação PSD/CDS insiste em prolongar a incerteza quotidiana dos portugueses.

MARY RODRIGUES

ESTA a mensagem deixada por António Costa à entrada da reunião da Comissão Nacional do PS, que aprovou o projeto de programa eleitoral do partido, altura em que defendeu que, após quatro anos de austeridade, “o país precisa de ganhar tranquilidade e confiança, com estabilização dos rendimentos dos portugueses e com a garantia escrupulosa daquilo que o Tribunal Constitucional já decidiu”. “A Constituição impõe a garantia das pensões em pagamento”, frisou o líder socialista, em resposta à intenção do Executivo de proceder a uma reforma que permita uma poupança

de 600 milhões de euros no sistema de pensões.

Já a propósito da intenção do PS de proceder a uma redução da taxa social única (TSU), quer para empregadores, quer para trabalhadores, António Costa defendeu a necessidade de “reforçar a sustentabilidade da Segurança Social, a curto e médio prazo”.

“No curto prazo, aquilo que sabemos é que após a grande reforma da Segurança Social de 2007, o que tem fragilizado o sistema é o aumento do desemprego e da emigração”, disse, sublinhando que a primeira garantia sobre a sustentabilidade da Segurança Social é

“apostar no relançamento da economia, criando emprego e travando a emigração”.

Mas, advertiu, a criação de emprego “não se faz por artes mágicas, sendo essencial a existência de investimento e confiança da parte dos empresários”.

E, “para que haja confiança dos empresários, é essencial que haja procura”, enfatizou, sublinhando ser “necessário que as famílias recuperem rendimento e que haja um alívio da pressão sobre a economia portuguesa”.

Ainda em defesa do projeto de programa eleitoral do PS, António Costa considerou importante “a diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social”, através da criação de IRC social, de um imposto sobre heranças superiores a um milhão de euros e de uma taxa a cobrar junto de empresas com precariedade laboral.

Por outro lado, advogou a diversificação da aplicação do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, alegando que não pode apenas ser arriscado no mercado de capitais ou servir para comprar dívida pública, “deve também servir para financiar as caixas de previdência e investir em prédios de rendimento”.

ELEITA COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONVENÇÃO NACIONAL

A Comissão Nacional do PS elegeu a Comissão organizadora da Convenção Nacional, constituída por:

António Correia de Campos

Marcos Perestrello

Mariana Vieira da Silva

Diogo Leão

Filipa Marques Júnior

Foram também aprovados por unanimidade o Regulamento e o Regimento da Convenção Nacional que se realiza nos dias 5 e 6 de junho, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, onde será aprovada a versão final do programa eleitoral do Partido Socialista, a apresentar às eleições legislativas.



TRABALHAR COM RIGOR PARA AS PESSOAS

A frase "Trabalhar com Rigor para as Pessoas", associada à imagem do nosso candidato a primeiro-ministro, suporta a mensagem que estamos agora a dirigir aos nossos concidadãos.

ESTA MENSAGEM sublinha que trabalhamos para os portugueses. O PS, contrariamente à coligação de direita, não aceita que se possa dizer que o país está melhor quando a vida das pessoas piorou. Para os socialistas, o país estar melhor só pode ser verdade quando as pessoas viverem melhor e tiverem perspectivas sérias de um desenvolvimento sustentado.

Esta mensagem sublinha, também, que o Partido Socialista está a preparar cuidadosamente a sua governação: sem promessas vãs, sem facilitismo, fazendo as contas, estudando os impactos, assumindo causas e traduzindo-as em medidas ponderadas, preparadas, que sabemos serem concretizáveis. Rigor é levar a sério a nossa responsabilidade

perante Portugal e perante os Portugueses, fazer o que é necessário para conseguir fazer o que tem de ser feito.

Com esta mensagem sublinhamos os valores que o Partido Socialista representa no Portugal democrático, bem como a mais-valia que representa o nosso Secretário-geral enquanto candidato a primeiro-ministro. ■

COMISSÃO POLÍTICA

PROJETO DE PROGRAMA ELEITORAL APROVADO POR UNANIMIDADE

A Comissão Política, reunida no dia 20 de maio, na sede nacional, aprovou por unanimidade o projeto de programa eleitoral do PS.

MARY RODRIGUES

FALANDO aos jornalistas no final da reunião, o coordenador do programa eleitoral e do Gabinete de Estudos do partido, João Tiago Silveira salientou a abertura do PS neste processo de discussão política, considerando que foi dado agora mais "um passo importante".

"O PS já fez isso nas eleições primárias, com a participação de não militantes no ato eleitoral que escolheu o nosso candidato a primeiro-ministro, e agora abriu a preparação do programa eleitoral a todos os cidadãos portugueses, incluindo até pessoas de outros partidos que pretendam dar contributos", disse.

Confrontado com algumas dúvidas suscitadas em torno das propostas sobre a Taxa Social Única (TSU) e o contrato único

de trabalho, o dirigente socialista fez questão de salientar que o debate serviu para "analisar todas as questões".

"Essas são questões desafiantes, das quais pode depender a oportunidade de o PS ter uma política diferente", disse, acrescentando que o partido "tem de saber exatamente como as pode concretizar".

"Mas uma coisa é certa: já está provado que podemos ter uma política diferente face à do atual Governo", concluiu João Tiago Silveira.

Desemprego é o maior inimigo da Segurança Social

Também a propósito da intenção do partido reduzir a TSU de trabalhadores e empregadores, o vice-presidente da bancada do PS, Vieira da Silva,

frisou que "o maior inimigo da sustentabilidade do sistema de pensões é a destruição de emprego".

De acordo com o dirigente socialista, "nada pôs tão em causa o sistema de proteção social, em particular o sistema de pensões, como a brutal destruição de emprego que Portugal sofreu nos últimos anos".

E por isso, destacou, "a grande prioridade do PS é promover o mais rapidamente possível a recuperação da economia".

Sustentando que o sistema de pensões não se defende apenas no domínio da legislação, Vieira da Silva fez questão de evidenciar que "os dados da destruição de emprego em Portugal são ainda perigosamente acrescentados pelo fenómeno da emigração". ■

"Trabalhar com rigor a pensar nas pessoas" é uma boa síntese do método de trabalho de António Costa. Definiu uma estratégia e fixou um calendário para oferecer aos portugueses uma alternativa séria à política de austeridade do atual Governo. No Congresso, apresentou **Uma Agenda para a Década**. Em abril, divulgou **Um cenário económico alternativo – Uma década para Portugal**. E, em maio, submeteu à apreciação dos órgãos competentes do partido o **Projeto de Programa Eleitoral do PS**, preparado pelo Gabinete de Estudos, de forma participativa, debatido em conferências temáticas realizadas em diferentes pontos do país, e submetido ao escrutínio dos militantes, simpatizantes e demais cidadãos, cuja versão final vai ser aprovada na Convenção Nacional de 5 e 6 de junho. Nesta edição do *Acção Socialista*, pode encontrar notícia do método inovador de participação cidadã e informação detalhada sobre as 21 causas para mobilizar Portugal.

Trabalhar com rigor é a nossa prática. Rigor na elaboração dos diferentes documentos. Rigor na seleção das propostas. Rigor que queremos imprimir na governação. Nada propor que não possa ser concretizado é também uma marca que nos distingue da coligação de direita.

Pedro Passos Coelho dizia na oposição o contrário do que fez como primeiro-ministro. *O país tem um nível de desemprego que ameaça a coesão e a justiça social*, dizia ele em 2011. E o que fez ele no governo? Destruiu postos de trabalho (445 mil), mandou os jovens emigrar (mais de 200 mil), criou cursos de formação para iludir os números do desemprego e, mesmo assim, o desemprego atingiu níveis nunca vistos.

Também em 2011, acusava: *Portugal está hoje com a maior dívida pública de que há memória*. A dívida representava então 94% do PIB e agora já ultrapassou os 130%. E prometia: *Não vamos nomear os amigos. Nomearemos com transparência aqueles que por mérito e competência merecerem ser nomeados*. No governo, encheu a Administração Pública de boys do PSD e do CDS, de que os diretores distritais da Segurança Social são um bom exemplo. E, em fim de mandato, continua a nomear dirigentes para mais cinco anos.

Em 2010, dizia: *A política de privatizações em Portugal será criminosa se visar apenas vender ativos ao desbarato para arranjar dinheiro*. Chegado ao governo, desbaratou a Cimpor, a EDP, a REN e liquidou a PT. E, em cima das eleições, acelera a privatização da TAP e a concessão dos transportes públicos de Lisboa e do Porto. Em 2011, declarava: *Prefiro ser criticado por alguma medida mais difícil que defendo do que ser acusado de ludibriar as pessoas*. Pois, ludibriar as pessoas. Prometer e não cumprir. Enganar. Mentir. Ludibriar. É isso. ■



JORGE FERREIRA

CONFERÊNCIA NO PORTO

É PRECISO REACENDER A PAIXÃO PELA EDUCAÇÃO

O atual Governo não foi capaz de conviver com as marcas de sucesso da governação socialista porque chegou ao poder e “destruiu” tudo o que estava a ser feito, acusou o Secretário-geral do PS, António Costa, defendendo que é preciso “reacender a paixão pela educação”.

J. C. CASTELO BRANCO

ANTÓNIO COSTA falava no dia 9 de maio, na sessão de encerramento da conferência “Educação – valorizar as pessoas”, no Conservatório da Música, no Porto, onde estiveram em discussão os painéis “Combater o insucesso escolar, garantir 12 anos de escolaridade”, “Investir na educação de adultos e na formação ao longo da vida” e “Ensino superior: cumprir a ambição da Europa 2020”.

Na sua intervenção, o líder do PS sustentou que “como há 20 anos atrás, nós temos de reacender a paixão da educação no nosso país”, considerando que “o pior contributo” que o Governo Passos Coelho/Paulo Portas deu para o futuro do país “foi ter andado a convencer os portugueses que que não valia a pena investir na educação dos seus filhos”.

Segundo António Costa, é “fundamental concentrar esforços” no sector da educação, nomeadamente investindo na forma-

ção profissional e na educação de adultos, combatendo o insucesso escolar e o excesso de burocracia.

“Ao contrário do que o Governo diz, o país não tem licenciados a mais, o que o país tem é empregos qualificados a menos para aquilo que necessita de ter para ser uma economia moderna, inovadora e que nos garanta futuro num Europa globalizada”, salientou.

O Secretário-geral do PS lembrou que o Governo manda os jovens emigrarem porque em Portugal não têm emprego, mas depois, pasme-se, vai a Bruxelas assinar um compromisso para que o país tenha até 2020 40% da população entre os 30 e 34 anos com nível de ensino superior.

António Costa reiterou que não é só com medidas económicas que se resolvem os desafios da economia, mas também pela inovação, tecnologia ou investigação científica, lamen-

tando que haja “quem julgue que o nosso desenvolvimento passa por desmontar o Estado Social, reduzir salários ou empobrecimento”.

Governo destruiu em vez de melhorar

Na sua intervenção, o líder socialista acusou o atual Executivo da direita de não ter sido ca-

paz de conviver com nenhuma das marcas de sucesso da governação socialista.

“Havia o Simplex, acabou com o Simplex, havia as Novas Oportunidades, acabou com as Novas Oportunidades, podia ter tido até uma atitude compreensível que era dizer que há aqui aspetos que não estão corretos e devemos corrigir, há aspe-

tos que podem ser melhorados e vamos melhorar, há aqui um grau de exigência que deve ser diferente e vamos ter um grau de exigência diferente”, disse. Mas não foi esta a postura do Executivo Passos/Portas, que fez algo “absolutamente imperdoável” que foi chegar ao poder e “achar que o país era uma folha em branco onde era preciso escrever tudo de novo e destruir tudo aquilo que estava a ser feito”, acusou.

Ou seja, concluiu António Costa, “o Governo não quis corrigir, não quis melhorar, não quis aperfeiçoar”.

Antes, na outra intervenção na sessão de encerramento, o presidente da Federação do PS/Porto, José Luís Carneiro, sublinhou que a escola pública, nomeadamente a sua defesa, está no “ADN” do PS.

“O centro das nossas prioridades é a escola como motor de desenvolvimento do país”, acrescentou. ■

AGENDA PARA A DÉCADA

A educação e a formação são alicerces essenciais para o futuro das pessoas e do país. A aposta na qualificação dos portugueses constitui um meio imprescindível para a valorização dos cidadãos, para uma cidadania democrática e para o desenvolvimento sustentável do país.

“Ao contrário do que o Governo diz, o país não tem licenciados a mais, o que o país tem é empregos qualificados a menos para aquilo que necessita ter para ser uma economia moderna e inovadora”

ANTÓNIO COSTA



JORGE FERREIRA

UM ESTADO FORTE INTELIGENTE E MODERNO

“Queremos mais rigor na governação”, no quadro de “um Estado forte e moderno que saiba preservar e defender os sectores estratégicos da economia portuguesa” e que esteja à altura de “mobilizar os portugueses para os desafios do futuro”, defendeu António Costa, na sede nacional, na apresentação do projeto de programa eleitoral do PS.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

Um programa, como garantiu o líder do PS, que busca um equilíbrio entre o aumento e a redução da despesa e da receita.

“Não é um programa do facilitismo”, mas um programa que “faz escolhas”, quando decide assumir, por exemplo, que é necessário cobrar menos impostos sobre o rendimento do trabalho mas que cria um novo imposto sobre as grandes heranças.

Um programa, acentuou, que diz que é necessário investir mais nas Unidades de Saúde Familiar porque é necessário “poupar mais nas despesas que o Estado tem nos hospitais”, ou que se compromete a disponibilizar mais médicos de família para mais de meio milhão de pessoas nos próximos quatro anos. Um programa de rigor, de alternativa e de confiança.

Preservar os sectores estratégicos

António Costa defendeu que o

país precisa de “um Estado forte que saiba preservar os sectores estratégicos, como são as infraestruturas fundamentais - caso da TAP -, ou o fornecimento de bens de primeira necessidade”, dando como exemplo o sector das águas.

A este propósito, o líder socialista sustentou a ideia de um Estado “capaz de ser independente e de regular sectores centrais na vida da sociedade”, destacando a necessidade do “reforço dos mecanismos de regulação do sector financeiro”.

De entre as propostas que anunciou e que farão parte do programa eleitoral do PS, António Costa destacou ainda a obrigatoriedade de o programa de infraestruturas e de grandes equipamentos passar a ser aprovado por votação parlamentar mediante uma maioria qualificada de dois terços, justificando não ser possível que grandes decisões em obras

públicas possam “prescindir de um grande consenso político alargado” que tem necessariamente de existir antes de se “assumirem compromissos de investimento e execução de

“O país precisa de um Estado forte que saiba preservar os sectores estratégicos, como são as infraestruturas fundamentais, ou o fornecimento de bens de primeira necessidade”

obras para várias legislaturas”. A este propósito salientou que o programa eleitoral socialista prevê a presença de magistrados do Ministério Público nos diversos ministérios diretamente relacionados com o sector das obras públicas, uma medida que o líder do PS diz ser fundamental no combate e na prevenção à corrupção.

De acordo com o Secretário-geral do PS, estes auditores terão uma intervenção “obrigatória em todo o processo de negociação e contratação” de obras públicas, assegurando assim uma “magistratura autónoma qualificada” em todo o processo negocial.

António Costa falou ainda da proposta do PS de alargar o direito de petição aos estrangeiros residentes em Portugal, na criação de uma nova figura de “perguntas cidadãs” de forma a permitir um debate continuado e permanente entre o Gover-

no e o conjunto dos cidadãos e da reforma do sistema eleitoral que o líder do PS defendeu como fundamental, designadamente com a criação de círculos uninominais, com “respeito pela proporcionalidade do sistema” e a representatividade territorial.

No próximo dia 6 de junho, na Convenção Nacional, garantiu o líder socialista, “queremos aprovar um programa, depois de todas as contribuições”, que seja capaz de mobilizar os portugueses “neste momento decisivo”, em que o país está prestes a virar mais uma página da sua história.

Um programa, como salientou, que ponha fim à austeridade, relance a economia e o emprego, que proponha uma “nova agenda” de negociação europeia, mas também que integre um conjunto de causas que mobilizem o país para enfrentar os problemas estruturais com

que se depara para “podermos ter um Governo com uma gestão forte, inteligente e moderna”, mas igualmente com mais “rigor e participação dos cidadãos”.

Rigor e justiça social

Depois de recordar que com a apresentação do projeto de programa eleitoral, o PS deu “mais um passo” na caminhada para a construção de uma “alternativa de confiança”, António Costa assumiu que os socialistas estão agora mais habilitados e preparados para assumir um conjunto de novos compromissos políticos que vão marcar a construção de uma efetiva alternativa às políticas do atual Governo de direita, com rigor, justiça social e uma intransigente defesa dos sectores estratégicos da economia.

Para o Secretário-geral do PS, é importante que o Estado tenha os seus serviços públicos fundamentais estabilizados e focados na sua missão, evitando “silos fechados” como hoje sucede, onde cada ministério é gerido de forma independente, mantendo-se na Administração Pública uma espécie de “cultura de minifúndio”.

António Costa defendeu ainda que a prioridade da governação não é, “nem deve ser apenas”, a produção de legislação, devendo concentrar a sua ação preferencialmente na “coordenação” das políticas e no acompanhamento da execução pontual dos fundos comunitários, não devendo desprezar igualmente o diálogo de proximidade com os cidadãos e de trabalhar em conjunto com as regiões autónomas, autarquias e parceiros sociais.

Quanto à reforma da lei eleitoral, o Secretário-geral do PS manifestou a esperança que na próxima legislatura o debate sobre o tema possa finalmente “ser encerrado” com o país a aprovar uma lei que respeite a proporcionalidade e a representação equitativa das diferentes partes do território nacional, continuando a assegurar uma representação plural dos diferentes sectores da atividade, “mas que dê o passo fundamental”, criando ciclos uninominais que “permitam aos cidadãos não só votar no partido da sua preferência mas que também possam escolher o deputado da sua confiança”. ■

PROGRAMA RIGOROSO E PARTICIPATIVO

O projeto de programa eleitoral do PS rigoroso e participativo é assente em cinco pilares e orientado por 21 causas no sentido da resolução de 21 problemas de Portugal e dos portugueses. Trata-se de uma nova e alternativa maneira de fazer política e de inovar na governação, que visa essencialmente a criação de “um Estado forte, inteligente e moderno”.

FOI ASSIM que o coordenador do Gabinete de Estudos (GE) e do processo de elaboração deste projeto, João Tiago Silveira, apresentou o documento à Comunicação Social, na sede nacional, abrindo-o de imediato à participação alargada e à discussão para seu enriquecimento e melhoramento.

Assim, entre 25 e 29 de maio proceder-se-á “ao lançamento e votação pelos cidadãos no âmbito do programa participativo”.

A aprovação final do programa eleitoral socialista acontecerá a 6 de junho, durante a Convenção Nacional do PS, conforme previamente noticiado.

Segundo salientou João Tiago Silveira, “este tem sido um processo rigoroso e planeado”.

“Tem sido também um processo complexo, mas que queremos que traga mais confiança aos portugueses e que confira mais credibilidade às nossas propostas”, adiantou.

Neste ponto, o coordenador do GE lembrou que o primeiro passo desta longa caminhada de exigência começou com a apresentação de “Uma Agenda para a Década”, documento que, frisou, “dá uma perspetiva de longo prazo a dez anos”.

Depois, recordou, “avançamos com o cenário macroeconómico, dando mais um passo absolutamente fundamental no sentido de sabermos com que é que contamos e como é possível fazer uma política diferente”.

Com a apresentação do programa eleitoral do PS dá-se, pois, o terceiro passo, avançando com

“as propostas socialistas para os primeiros quatro anos da Agenda para a Década, e que cumpre, naturalmente, a margem financeira com a qual nos comprometemos e que foi traçada pelo cenário económico”.

Cinco pilares

Debruçando-se sobre os números de todo este processo, João Tiago Silveira referiu que 24 grupos temáticos trabalharam na elaboração das primeiras propostas em 24 áreas diferentes, tendo havido 15 reuniões abertas aos cidadãos, 1500 participantes em mais de 130 reuniões técnicas, mais de 1600 propostas escritas e 1070 estruturas políticas do partido “em ação”.

“Trata-se de um programa ri-



JORGE FERREIRA

goroso, de inovação, participado e calendarizado, com sumários escritos em linguagem mais clara para as pessoas perceberem bem a diferença entre as nossas propostas e aquelas que o Governo PSD-CDS fez, e nunca houve diferenças tão evidentes”, sustentou João Tiago Silveira que depois concentrou a sua intervenção na explicação mais detalhada do projeto de programa eleitoral do PS.

Explicou, pois, que os cinco pilares do projeto são dedicados às pessoas, à valorização do território, à prioridade à inovação, à coesão e combate às desigualdades e a “um Portugal global”. E que o documento assume como desafio para o Estado “a melhoria da qualidade da de-

mocracia, uma governação diferente”, garantir a defesa num território alargado, segurança interna e política criminal, a agilização da justiça, a simplificação e digitalização da administração, a regulação eficaz dos mercados, a valorização das regiões autónomas e a descentralização como base da reforma do Estado.

A concluir, o coordenador do GE sublinhou que o projeto de programa eleitoral do PS distingue-se evidentemente das práticas do passado e do presente deste Governo de coligação de direita, avançando de forma transparente, partilhada e participada com “21 causas para podermos ajudar a que o país seja melhor”. ■

CINCO PILARES

As 21 causas para mobilizar Portugal estão organizadas em cinco pilares

- 1 **As pessoas primeiro**
- 2 **Valorizar o nosso território**
- 3 **Prioridade à inovação**
- 4 **Mais coesão, menos desigualdades**
- 5 **Um Portugal global**

UM PROGRAMA PARTICIPADO

A preparação do Projeto de Programa Eleitoral do PS ficou marcada por uma elevada participação de militantes e cidadãos.

- 24** **Grupos temáticos** prepararam um primeiro draft com base numa discussão alargada
- 15** **Reuniões públicas** e abertas para discussão de temas do Programa e 3 em preparação
- 1500** **Participantes** em reuniões técnicas
- 1600** **Propostas recebidas** em versão escrita
- 130** **Reuniões técnicas** de preparação
- 1070** **Estruturas do PS em ação:** Federações, concelhias, secções e departamentos

21 CAUSAS PARA MOBILIZAR PORTUGAL

João Tiago Silveira, coordenador do Gabinete de Estudos do PS, apresentou as 21 causas que orientam o projeto de programa eleitoral do PS, lançando as bases para o seu debate público, na sequência de um processo que tem sido fortemente participado pelos cidadãos e pelas estruturas do partido.

Este é um projeto que visa um Estado forte, inteligente e moderno, impulsionado por "21 causas para mobilizar Portugal"



- 1 Defender o **Serviço Nacional de Saúde** (SNS) e promover a Saúde, recuperando a confiança dos portugueses no SNS, garantindo que este responde melhor, de forma mais célere eficaz;
- 2 Combater o **insucesso escolar**, garantindo a oferta e o cumprimento de 12 anos de escolaridade pelos estudantes. Com efeito, os Países com melhor e mais completa educação são mais ricos, mais desenvolvidos e mais competitivos;
- 3 Investir na **Educação de Adultos e na Formação ao Longo da Vida**, porque são as pessoas com menos qualificações as mais expostas ao flagelo do desemprego;
- 4 Promover um **Ensino Superior Diversificado e de Qualidade** para um Mundo Global, no qual Portugal deve ser crescentemente competitivo;
- 5 Reagir ao **Défice Demográfico**, especialmente em 3 frentes: natalidade, imigração e regresso de emigrantes a Portugal;
- 6 Uma **Nova Geração de Políticas de Habitação**, aptas nomeadamente a reagir aos efeitos da austeridade introduzidos pelo Governo PSD/CDS, a qual levou a que muitas famílias tenham deixado de cumprir com as suas obrigações ao nível do crédito;
- 7 Promover a **Qualidade de Vida**, respondendo à ambição dos cidadãos por uma vivência e estilo de vida que lhes permita uma devida fruição de tempo de lazer, cultura e desporto;
- 8 **Mar: Uma Aposta no Futuro**, aproveitando com eficácia e inteligência o significativo espaço marítimo e os respetivos recursos sob jurisdição de Portugal;
- 9 **Afirmar o Interior como Centralidade no Mundo Ibérico**, tirando o devido partido da posição de que Portugal goza no contexto geográfico e económico peninsular, exponenciando todo o seu potencial;
- 10 **Preservar o Ambiente**, numa ação que é essencial e urgente perante os desafios universais, comuns e partilhados colocados pelas alterações climáticas e pela continuada perda da biodiversidade;
- 11 **Valorizar a Atividade Agrícola e o Espaço Rural**, que devem doravante ser encarados como ativos que o País tem de saber aproveitar, plena e eficazmente;
- 12 Liderar a **Transição Energética**, promovendo uma Economia Verde, assente em baixas emissões de carbono e de gases causadores do efeito de estufa, criando em simultâneo mais empregos qualificados e de base tecnológica;
- 13 **Investir na Cultura, Democratizar o Acesso**, por ser também um pilar da Democracia, da Identidade Nacional, da Inovação e do desenvolvimento sustentado;
- 14 Reforçar o **Investimento em Ciência e Tecnologia**, Democratizando a Inovação, recuperando a confiança dos agentes científicos, da academia e dos cidadãos nos incentivos públicos neste importante sector;
- 15 Prioridade à **Inovação e Internacionalização das Empresas**, condições essenciais para que Portugal seja competitivo no contexto global, criando novos empregos neste processo;
- 16 Garantir a **Sustentabilidade da Segurança Social**, na certeza de que o facto de Portugal ter ido para "além da troica" levou ao desemprego, à emigração e à subsequente fragilização da Segurança Social;
- 17 Melhor **Justiça Fiscal**, corrigindo desigualdades, garantindo a previsibilidade tributária, combatendo a fuga ao fisco e evitando a desproporcionalidade dos encargos dos cidadãos;
- 18 **Combater a Pobreza**, recuperando com vigor os mínimos sociais de uma sociedade solidária, postos em causa pelo Governo PSD/CDS;
- 19 Construir uma **Sociedade mais Igual**, aceitando e acolhendo as diferenças que pontuam os nossos cidadãos e a nossa sociedade, impedindo discriminações com base na classe social, origem racial ou étnica, religião, crença, deficiência, idade, orientação sexual ou identidade de género;
- 20 **Promover a Língua Portuguesa e a Cidadania Lusófona**, assumindo este espaço de grande âmbito geográfico, humano e cultural como área de desenvolvimento social e económico.
- 21 **Continuar Portugal nas Comunidades Portuguesas**, mantendo a ligação com os que continuam a construir e a contribuir para Portugal, mesmo quando a estudar, a trabalhar ou a residir no estrangeiro.

COORDENADORES DO GABINETE DE ESTUDOS

MELHORAR AS QUALIFICAÇÕES

Domingos Fernandes

VALORIZAR O TRABALHO E PROMOVER O EMPREGO

Miguel F. Cabrita

ASSEGURAR AS IGUALDADES

Pedro Delgado Alves

PROMOVER A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E ENERGÉTICA

Carlos Zorrinho

APOSTAR NO MAR

Ana Paula Vitorino

VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS E AS FLORESTAS

Capoulas Santos

VALORIZAR A LUSOFONIA

Diogo Machado

VALORIZAR A POSIÇÃO DE PORTUGAL E AS COMUNIDADES PORTUGUESAS NO MUNDO

Hermano Sanches Ruivo

MODERNIZAR A ATIVIDADE ECONÓMICA

Lino Fernandes

MODERNIZAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS E SIMPLIFICAÇÃO

Maria Manuel Leitão Marques

DESCENTRALIZAR E REFORÇAR A PROXIMIDADE

Eduardo Cabrita

INCENTIVAR A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A TRANSPARÊNCIA

Nuno Marques Pereira

AGILIZAR A JUSTIÇA

Miguel Romão

GARANTIR A SEGURANÇA E A LIBERDADE

Jorge Lacão

RENOVAR OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

José António Pinto Ribeiro

MODERNIZAR A DEFESA NACIONAL

Helena Carreiras

INVESTIR NA CULTURA

Rui Vieira Nery

INVESTIR NA CIÊNCIA

Manuel Heitor

REFORÇAR A SOLIDARIEDADE SOCIAL

Carlos Farinha Rodrigues

REFORÇAR O SNS

Adalberto Fernandes

ENCONTRO COM O SECTOR IMOBILIÁRIO

GOVERNO SOCIALISTA TERÁ COMO PRIORIDADE DEFESA DA CLASSE MÉDIA

António Costa assegurou no dia 19 que um Governo do PS terá como prioridade a proteção da classe média e, por isso, admitiu o prolongamento do período de transição da atual lei das rendas, que limitou as atualizações dos contratos de arrendamento das famílias com menores rendimentos.

J. C. CASTELO BRANCO

NESTE QUADRO de defesa da classe média e das famílias com menores rendimentos, António Costa afirmou que "numa situação em que os recursos são finitos, é preciso fazer opções. E vamos ter de proteger essa classe média. É essa a opção que deve ser feita", numa alusão à necessidade de prolongar o período de transição da lei das rendas, evitando assim ruturas graves do ponto de vista social.

"Precisamos de ter um próximo Governo que permita à classe média recuperar a esperança e a confiança no futuro. O próximo Governo tem de dar priori-

dade à proteção da classe média", afirmou António Costa aos jornalistas no final de um almoço promovido pela revista "Vida Imobiliária", que juntou dezenas de representantes deste sector.

"Não podemos ter um país que não percebe que é essencial restituir a confiança à classe média, depois da devastação fiscal e de rendimentos que teve ao longo dos últimos anos", acrescentou.

António Costa considerou que o sector da construção é "vital" para o crescimento económico e defendeu que é necessário

um amplo consenso nacional em torno do objetivo da reabilitação urbana.

Mercado de renda acessível

O líder do PS lembrou que "nenhum país pode crescer deixando colapsar o setor da construção civil, que perdeu desde 2008 37 mil empresas e 260 mil trabalhadores, e apostando exclusivamente nos bens transacionáveis".

Referindo que "há agora menos casa própria e mais mercado de arrendamento, menos construção nova e mais reabi-

LÍDER DO PS QUER PROLONGAR PERÍODO DE TRANSIÇÃO DA LEI DAS RENDAS PARA DEFENDER FAMÍLIAS COM MENORES RECURSOS

litação e densificação dos centros urbanos", António Costa sublinhou que "estamos pe-

rante um novo paradigma positivo com prioridade à reabilitação urbana".

O líder do PS considerou ainda essencial manter a taxa reduzida de IVA para as obras de reabilitação, a aposta na redução do IMI para os prédios reabilitados e a penalização dos prédios devolutos.

António Costa anunciou ainda o objetivo de destinar cerca de 10% das verbas do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social – cerca de 1,3 mil milhões de euros – na reabilitação urbana, para a criação de um mercado de renda acessível. ■



JORGE FERREIRA

TAXA DE NATALIDADE É A MAIS BAIXA DA EUROPA

Portugal é o país da União Europeia onde nascem menos crianças. Em 2014 o número de nascimentos, a exemplos dos anos anteriores, continuou a decrescer, menos 19% face a 2010, apesar de se ter registado um ligeiro abrandamento. O país continua a situar-se no pouco honroso lugar onde os nascimentos são ultrapassados pelo número de óbitos.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

SEGUNDO DADOS recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de natalidade em Portugal voltou a descer em 2014, o valor mais baixo de sempre.

Uma queda mais acentuada que resulta, na opinião do PS, das políticas seguidas pelo actual Governo do PSD-CDS-PP, de uma austeridade excessiva que se traduz, na prática, em menos 19 mil nascimentos face a 2010.

Não sendo um fenómeno nem recente, nem exclusivo de Portugal, a verdade dos números indica-nos, contudo, que nos últimos quatro anos houve um agravamento na taxa de nascimentos que hoje é superior à que se registava há 20 anos atrás.

O PS aponta como causas próximas para este cenário as políticas seguidas por este Governo em áreas tão importantes como o emprego, os salários ou a es-

tabilidade nas perspetivas de vida.

No Parlamento, num debate recente sobre esta matéria, a deputada socialista Sónia Fertuzinhos acusou o Governo de querer "criar a ilusão" de que nada se passou, quando foi o principal responsável pelas políticas de austeridade expansionista, que "aumentaram drasticamente o desemprego", sobretudo jovem, e depois

de um "ajustamento feito com base na desvalorização dos salários que esmagaram os rendimentos das famílias".

São vários os caminhos que o PS aponta como alternativa às atuais políticas de direita, tendo em vista repor as taxas de natalidade em Portugal.

Desde logo, como defendeu a deputada Sónia Fertuzinhos na Assembleia da República, a reposição do horário de trabalho



de 35 horas na Função Pública e a inclusão da negociação do banco individual de horas no âmbito da contratação coletiva, reforçando assim a "capacidade para acordos mais equilibrados e mais justos", quer para empregadores, quer para trabalhadores.

O PS defende ainda que o número de filhos passe a contar para o cálculo da isenção no pagamento de taxas moderadoras, assim como propõe que as famílias voltem a ter desconto no preço que pagam em creches pelo segundo e mais filhos.

Na área da educação, o PS defende, entre outras medidas, a redinamização do esquema de empréstimos de manuais escolares, numa lógica de "apoio ao acesso de jovens e crianças ao estudo".

Medidas que confrontam com as que a maioria adotou nos últimos quatro anos e que para os socialistas devem ser promovidas para que Portugal volte a criar condições de aumentar sua taxa de natalidade. ■



JORGE FERREIRA

CONFERÊNCIA “DEFENDER O SNS”

ESTE GOVERNO É PIOR QUE A TROICA

Os portugueses só poderão festejar a sua saída quando “este Governo se for embora”, porque ele “é pior do que a troica”, afirmou António Costa, em Coimbra, numa sessão dedicada à Saúde.

O LÍDER DO PS manifestou surpresa por a coligação de direita ter organizado “uma jantarada” em Guimarães comemorativa da saída da troica de Portugal. António Costa mostrou-se intrigado, questionando os presentes sobre como é que uma coligação “que foi além das políticas da troica”, depois de terminado o programa de assistência financeira a Portugal, descobre um pretexto “para comemorar isto?”. Neste debate sobre o Serviço Nacional de Saúde (SNS), António Costa falou sobre as políticas alternativas do PS para o sector, garantindo que as taxas moderadoras do SNS “serão revistas”, lembrando que, ao contrário do que tem sido a prática da coligação de direita, “gastar menos não é gastar melhor”, sustentando que “não haver camas nos hospitais não é poupar dinheiro”, é ter “falta de respeito pelos utentes dos hospitais”.

Assim como não contratar os enfermeiros que são necessários, não é resolver um problema, mas “adiar a satisfação de uma necessidade”, com “enormes custos” para a qualidade do serviço prestado aos doentes nos hospitais. O líder socialista criticou ainda o aumento das taxas moderadoras, aplicadas pelo Governo de direita do PSD/CDS, afirmando que a medida obrigou na prática os utentes do SNS a terem que pagar duas vezes, nos impostos e nas taxas, serviços a que têm direito. António Costa criticou ainda o desinvestimento do Governo nas Unidades de Saúde Familiar (USF), quando optou por centralizar os cuidados de saúde nos grandes hospitais centrais, o que, para o líder do PS, se, por um lado, “em nada contribuiu para racionalizar o SNS”, por outro, “promoveu momentos de rotura nas urgências” como aconte-

ceu recentemente na crise de dezembro provocada por um surto de gripe. António Costa garantiu que o programa do PS dará a “maior importância” à definição de prioridades “algo que não seria necessário caso os “recursos não fossem limitados”, sustentando que os portugueses não suportam mais eleger alguém como Passos Coelho, que prometeu em campanha eleitoral baixar os impostos, “que depois subiu”, e não cortar salários e pensões, “que depois cortou”, garantindo que não fará o que fez o atual primeiro-ministro na última campanha eleitoral. Este debate sobre o Serviço Nacional de Saúde foi mais uma iniciativa no âmbito da discussão do programa eleitoral do PS e da construção de uma alternativa às atuais políticas que limitam o acesso a cuidados de saúde qualidade. ■

HÁ UMA DIREITA REACIONÁRIA E ASSANHADA CONTRA O SNS

“Há hoje uma direita reacionária no poder em Portugal presidida por um neoliberal assanhado que está contra o Serviço Nacional de Saúde (SNS)”. Foi com estas palavras que o antigo ministro socialista António Arnaut definiu a atual maioria governamental liderada por Passos Coelho.



JORGE FERREIRA

ANTÓNIO ARNAUT falava na sessão de encerramento da conferência “Defender o SNS. Promover a Saúde” que o Partido Socialista organizou em Coimbra. Apesar dos ataques que tem sofrido por parte da direita, disse o antigo ministro dos Assuntos Sociais, o SNS tem sabido resistir pela sua “grande força na consciência popular”, recordando que em 2012 “só a ADSE, subsistema de saúde para funcionários e agentes da Administração Pública, pagou cerca de 500 milhões de euros a prestadores de cuidados de saúde privados”. Neste sentido, questionou se esses serviços não poderiam ter sido desempenhados pelo sector público. Lamentou que nos últimos anos o SNS tenha perdido perto de quatro mil camas, enquanto o sector privado, no mesmo

período, aumentou em mais de duas mil. Dados que Arnaut apontou como um dos muitos indicadores reveladores de que o atual Governo está contra o serviço público de saúde e a favorecer o sector privado, que “nunca esteve tão viçoso” como atualmente. O também fundador do PS sustentou que se não fosse a Constituição da República a atual maioria “já teria revogado o SNS”.

Depois de defender que o Estado Social é a “marca identitária do PS e o SNS a sua trave mestra”, António Arnaut concluiu que sem o Partido Socialista “não teria havido SNS”, recordando que a legislação que o criou foi aprovada pela Assembleia da República, há 35 anos, com os votos contrários dos partidos que formam hoje a coligação que está no poder em Portugal. ■

SNS – A GRANDE CONQUISTA DO ESTADO SOCIAL

O SNS é a grande conquista do Estado Social no nosso país. Gerou ganhos em saúde que nos fizeram convergir com a Europa. Promoveu não só um aumento da esperança de vida como a melhoria da sua qualidade, contribuindo igualmente para reduzir muitas das desigualdades que nos marcaram durante décadas.

PS É ALTERNATIVA DE CONFIANÇA

O PS tem uma alternativa forte, credível e de confiança à política da direita, mostrando que é possível um caminho diferente da austeridade e do desemprego. Esta é a mensagem que António Costa tem transmitido nas diversas iniciativas em que tem participado.



JORGE FERREIRA

CULTURA É FATOR DE DESENVOLVIMENTO

No encontro realizado no Hot Club, perante uma audiência na qual marcaram presença, entre outros, os cineastas António-Pedro Vasconcelos e Joaquim Leitão, o compositor Mário Laginha, ex-membros de governos como Rui Vieira Nery e Gabriela Canavilhas, a vice-presidente da bancada do PS Inês de Medeiros, as atrizes Maria do Céu Guerra e Beatriz Batarda, e a agente cultural Guta Moura Guedes, o

Secretário-geral do PS defendeu que "a recuperação da centralidade da cultura é absolutamente decisiva para um desenvolvimento sustentável".

Questionado pelos jornalistas sobre a possibilidade de o Executivo Passos/Portas acelerar os processos de privatização em curso, o líder socialista afirmou esperar que este Governo não tenha tempo para praticar atos "irreversíveis" e danosos para o país, "na TAP, nos transportes públicos, nas águas, ou em outros sectores estratégicos".

Já a propósito do jantar/comício realizado pela coligação PSD/CDS, em Guimarães, o secretário-geral do PS considerou "extraordinário" o facto de esse evento ter servido para atacar os socialistas. "É por isso muito importante que haja mobilização para que seja apresentado um excelente programa de Governo e para que o PS tenha um resultado eleitoral indiscutível e que dê as condições de governabilidade, de forma a virar esta página triste de governação nos últimos quatro anos", frisou.



JORGE FERREIRA

DESCENTRALIZAR E REFORMAR O SISTEMA ELEITORAL

A descentralização é um elemento central da reforma do Estado, defendeu o Secretário-geral do PS, António Costa, no ISCTE, em Lisboa, num colóquio sobre políticas públicas, onde também considerou "essencial" proceder a uma reforma do sistema eleitoral em Portugal. "A não descentralização só tem contribuído para a não eficiência dos

serviços prestados pelo Estado", sustentou António Costa, clarificando que a desejável transferência de competências e descentralização não devem fazer-se apenas para racionalizar recursos e meios, cortando custos, ou para que o Estado se liberte de competências incómodas. "A descentralização é necessária para aproximar o Estado dos cidadãos e para ter mais e melhor serviço", pontualizou.

Por outro lado, o líder socialista considerou urgente para a saúde da de-

mocracia portuguesa uma revisão da lei eleitoral para a Assembleia da República, com a introdução de círculos uninominais, mas, ao mesmo tempo, com soluções que preservem a proporcionalidade do sistema e a governabilidade.

"Sou cada vez mais defensor da reforma da lei eleitoral, porque a proximidade relacional entre os deputados e os eleitores reforçará a própria legitimação da Assembleia da República", explicou o secretário-geral do PS.



CLARA AZEVEDO

CONCILIAR INVESTIMENTO COM REDUÇÃO DO DÉFICE

Em entrevista ao "Diário de Notícias", António Costa defende que o relatório macroeconómico apresentado ao PS demonstra a possibilidade de um equilíbrio virtuoso entre diferentes vertentes: investimentos necessários e aumento da procura,

por um lado, prevendo a redução do défice e da dívida pública, por outro. O Secretário-geral do PS explica algumas das propostas socialistas, assume a posição no sentido da reposição dos feriados e do regresso das 35 horas semanais à Função Pública e adverte que "o Estado não está à venda".

O programa de Governo que o PS apresentará ao país vai permitir que

nos "voltemos a centrar nos grandes desafios para os quais a sociedade portuguesa tem de se mobilizar", afirma o líder socialista na entrevista.

António Costa identifica o combate ao insucesso escolar, a erradicação da pobreza infantil, a promoção da saúde e a melhoria da qualidade da democracia, como "causas para a próxima legislatura".



JORGE FERREIRA

MODERNIZAR A ATIVIDADE ECONÓMICA

No âmbito da aposta do PS de promover a modernização do tecido económico assente em projetos inovadores e de base tecnológica, António Costa dedicou dois dias ao empreendedorismo.

O líder socialista visitou o Centro Tecnológico do Calçado de São João da Madeira e ainda o Centro Empresarial e Tecnológico "Sanjotec".

No dia anterior, no centro de Lisboa, António Costa iniciou o programa dedicado ao empreendedorismo, tendo visitado uma empresa tecnológica e reunido com jovens investidores.

O Secretário-geral do PS começou o seu programa com uma deslocação à empresa tecnológica "Uniplaces", com 95 postos de trabalho e que tem como produto principal uma plataforma informática que coloca jovens "Erasmus" estrangeiros em Lisboa, Porto e

Coimbra, mas também estudantes portugueses em outros países europeus.

A "Uniplaces", que gere uma bolsa de casas para arrendamento destinado a estudantes "Erasmus", fazendo uma intermediação com os senhorios, já colocou em Lisboa cerca de 1500 estudantes.

António Costa foi depois ao Palácio Pombal, na Rua do Século, onde se reuniu com cerca de 40 jovens investidores em "startups".



JORGE FERREIRA

UMA ALTERNATIVA CLARA

Já em Matosinhos, o secretário-geral do PS sublinhou que nas próximas eleições legislativas os portugueses vão poder optar entre duas alternativas muito claras.

“Hoje a situação política em Portugal está bastante clarificada: os portugueses vão ter a possibilidade de escolher dois caminhos absolutamente distintos, nas

suas prioridades e na sua forma de governação. Isso é bom para a democracia”, disse António Costa, destacando as duas vias alternativas entre a coligação PSD/CDS-PP ou a do PS: “a prossecução da austeridade, das políticas da troika, o empobrecimento como fonte de desenvolvimento ou as ideias que o Partido Socialista defende no sentido de descomprimir a austeridade e virar esta página”. Para o líder socialista, não existe nenhuma possibilidade de entendimento entre o PS e a coligação

de direita considerando que um Governo a três não teria condições para funcionar.

“A enorme responsabilidade do PS é daqui até às eleições confirmar aos portugueses que têm boas razões para poderem confiar no PS como numa alternativa de rigor”, disse.

As declarações do secretário-geral do PS foram feitas após uma visita às novas instalações do Centro de Excelência para Inovação da Indústria Automóvel (CEIIA), em Matosinhos.



JORGE FERREIRA

CONFIANÇA E RIGOR

Num encontro com militantes e simpatizantes em Santa Maria da Feira. António Costa salientou que confiança, inovação, rendimento, emprego e rigor são as ideias-chave da alternativa socialista à política de direita.

O Secretário-geral do PS acusou Passos Coelho de ter feito “tudo ao contrário do que prometeu na oposição” e de ser a própria troika,

lembrando que, depois do fim do programa de assistência, o primeiro-ministro faz questão de continuar com a “política da troika”.

Quanto às alternativas do Partido Socialista em relação às políticas de direita, António Costa garantiu que as propostas socialistas se alicerçam na confiança “porque não prometemos mais do que aquilo que estamos em condições de assegurar”, uma alternativa, sublinhou,

que assenta na inovação “porque não aceitamos o empobrecimento como modelo de desenvolvimento”. Mas uma alternativa que aponta também para o aumento dos rendimentos de quem trabalha, porque o PS não aceita mais austeridade como forma de desenvolvimento e entende que chegou a hora de “aliviar a carga sobre as famílias e aumentar o seu rendimento disponível”.



JORGE FERREIRA

TRAVAR PRIVATIZAÇÃO DA TAP

Já em São João da Madeira, falando aos jornalistas à margem de uma visita ao Centro Tecnológico do Calçado, António Costa voltou a questionar a razão de a legislação ter sido prolongada, recordando que o Governo PSD/CDS tomou

posse em 21 de junho de 2011, e que este “esticar” de prazo faz com que se mantenham em funções mais de quatro anos.

Talvez resida aqui, salientou o líder do PS, a justificação para a trapalhada que se passa, nomeadamente, com a tentativa de privatização da TAP, defendendo que “tudo o que se passa com a TAP desde o princípio é mau”, acusando Passos

Coelho de apenas à última hora ter acordado “e mal” para o problema. Garantiu que o próximo Governo do PS fará tudo o que esteja ao seu alcance e que “ainda seja possível fazer” para assegurar que a TAP não tenha a maioria do capital privatizado, lembrando a importância estratégica da transportadora aérea para a economia e para a soberania nacional.



JORGE FERREIRA

SITUAÇÃO GRAVE NA CIÊNCIA

Num encontro com a comunidade científica no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, António Costa mostrou-se preocupado com “a situação grave que a ciência está

a atravessar”, reafirmando que este sector é prioritário para o futuro do país.

O líder socialista disse ter recebido alertas de “preocupação” sobre a diminuição do número de alunos em matrículas do primeiro ano nesta instituição de Ensino Superior do Porto, entre outros aspetos.

“Esta ideia de que é necessário desinvestir da ciência na Universidade para investir na ciência nas empresas é não compreender que a ciência é das Universidades”, defendeu, salientando que a aposta deverá estar na criação de postos de trabalho nas empresas aproveitando os jovens licenciados.



JORGE FERREIRA

VIRAR A PÁGINA DA AUSTERIDADE

O PS foi a única força política a apresentar até ao momento uma estratégia para o país assente num cenário macroeconómico que permite assumir compromissos “sérios e credíveis” e virar a pági-

na da austeridade, afirmou António Costa, numa sessão com militantes no auditório da biblioteca municipal de Torres Novas.

“Até hoje nenhuma força política tinha feito, nenhuma força política tinha estudado primeiro os impactos das medidas, as tinha medido e podia assumir compromissos

devidamente quantificados”, disse, sublinhando que “vários nossos adversários ficaram surpreendidos e ainda hoje estão a fazer contas para perceberem aquilo que os nossos economistas demonstraram, que é possível virar a página da austeridade sem romper com a Europa”. ■



ESTE GOVERNO DESVALORIZA O PAPEL DO ESTADO

António Costa manifestou profunda discordância em relação à “fúria privatizadora” do Governo contrapondo uma visão de um Estado “forte, inteligente e descentralizado”.

FALANDO em Sintra, na conferência “Administração Pública: Fortalecer, Simplificar, Digitalizar”, o Secretário-geral socialista reiterou as críticas ao Governo de direita e à desvalorização do papel do Estado que tem vindo a prosseguir, com políticas que estão a atingir já “funções centrais”, como a Defesa Nacional, a Segurança Interna e a administração da Justiça.

Para António Costa, esta política de desvalorização do papel do Estado, que o Governo tem vindo a seguir desde que tomou posse, não só assume um carácter “absolutamente negativo” para a sustentabilidade da economia, como representa igualmente um “erro trágico” com consequências perigosas para o país e para a confiança dos cidadãos.

Ao invés, como lembrou, da pro-

posta do PS que aponta para um Estado forte e inteligente, valorizando e dando importância ao investimento público como fator essencial para a dinamização e desenvolvimento da economia, com reflexos óbvios quer no sector privado, quer do emprego.

Fúria privatizadora

Um bom exemplo da “impará-

vel fúria privatizadora” deste Governo e da aposta que fez de ir “muito além do que estava acordado com a troica”, disse António Costa, traduz-se na indiferença com que tratou o memorando inicial, tendo já alcançado o dobro das receitas acordadas para as privatizações e preparando-se para prosseguir com a alienação de empresas estratégicas como a TAP,

“amanhã com as águas e depois sabe-se lá com o quê”.

Antes, na sessão de encerramento, Basílio Horta, presidente da Câmara Municipal de Sintra, defendeu a necessidade de os socialistas ganharem as próximas eleições legislativas “com maioria absoluta”, considerando que só assim será “possível haver estabilidade” política em Portugal. ■

RESTRINGIR OS CONTRATOS A PRAZO

É preciso fazer uma “forte restrição aos contratos a prazo e introduzir uma via conciliatória”, não havendo nenhuma razão para que se prolongue o contrato único, defendeu António Costa na sessão de abertura do Congresso da corrente sindical socialista da CGTP que decorreu em Lisboa.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

DEPOIS de sustentar a necessidade de restringir o “uso e abuso” do contrato a prazo, garantindo a todos, “sejam empregadores ou trabalhadores”, que o fim da relação de trabalho não tem de desembocar obrigatoriamente num

conflito que se “arrasta anos em tribunal”, cenário que “não é bom para nenhuma das partes”, António Costa lembrou que a proposta do PS, plasmada no cenário macroeconómico, recusa a ideia de substituir os contratos a prazo pelo con-



trato único.

Quanto à proposta da descida da Taxa Social Única (TSU), o líder do PS insistiu na necessidade de reduzir temporariamente as contribuições dos trabalhadores para a Segurança Social, defendendo que

seria uma solução equilibrada para aumentar, de forma imediata, o rendimento disponível das famílias.

Mas a prioridade das prioridades, como defendeu, passa, antes de mais, pela criação de emprego e de medidas

extraordinárias “e de curto prazo”, que permitam uma maior robustez financeira às famílias, tirando-as da aflição em que muitas se encontram, sem todavia comprometer o necessário “esforço de investimento por parte das empresas”.

Quanto à Segurança Social, a sua fragilidade deve-se sobretudo “à brutal destruição de emprego e ao aumento da emigração” problemática que dificilmente poderá ser alterada, defendeu, sem um “sério empurrão” na economia, “exatamente o oposto” do que o atual Governo tem vindo a fazer. ■



JORGE FERREIRA

DEBATE QUINZENAL

FERRO ACUSA DIREITA DE APELAR AO MEDO

NO DEBATE QUINZENAL,

no dia 20, na Assembleia da República, o líder parlamentar do PS lamentou a intenção da maioria de direita em querer fazer da campanha eleitoral "um apelo ao medo e à irracionalidade", fugindo à discussão política séria das questões e das propostas para o país, acusando ainda o primeiro-ministro de promover uma "manifestação de insulto e desprezo por aqueles que sofreram com a crise", ao celebrar a saída da troica num jantar conjunto com o vice-primeiro-ministro Paulo Portas.

Na sua primeira intervenção no debate quinzenal com o primeiro-ministro, Ferro Rodrigues acusou Passos Coelho de ser "muito previsível" nas suas intervenções "em relação às últimas semanas da propaganda do PSD e do Governo".

"Se isto é o começo da campanha eleitoral, a coligação começa muito mal. O mais importante é que não se percebe por que motivo a coligação comemora a saída da troica", afirmou, acusando o primeiro-ministro de ter sido com a troica que "puderam pôr no terreno o programa histórico da direita mais conservadora". "Foi em 2010 e 2011 que ajudaram também à criação de condições políticas que obrigaram à chamada da troica", lembrou.

O líder da bancada socialista atacou também o Governo por ter ficado aquém dos próprios objetivos definidos em 2011 para 2015, bem como os que

foram definidos agora para 2019, dando como exemplo as metas do emprego.

"Ou seja, se com a troica era mau, sem a troica é péssimo. Comemorarem a saída da troica como fizeram, em conjunto, estamos convictos que foi uma manifestação de insulto e desprezo por aqueles que sofreram com a crise", considerou.

Livro negro dos recordes

Ironizando com o primeiro-ministro, a quem considerou "o maior especialista em recordes como as exportações", Ferro Rodrigues acusou o governo de ter "um livro negro dos recordes", apontando como exemplos os dados relativos à emigração, à dívida pública, à "maior carga fiscal de sempre sobre a classe média", ao crédito mal parado, à maior taxa de risco de pobreza, ao "recorde da taxa de desemprego e de inativos desencorajados" e o maior número de falências.

"Pensam que é possível continuar neste caminho com políticas contra a dignidade das pessoas, contra a responsabilidade dos próprios governos, com um ataque aos pobres e a

esmagadora maioria da classe média?", questionou.

Na sua segunda intervenção no debate quinzenal, Ferro Rodrigues recordou os princípios e compromissos que o primeiro-ministro assumiu e não cumpriu perante os portugueses, na última campanha eleitoral. "Transformar a solidariedade em caridadezinha, aumentar os impostos, rebotar com os rendimentos dos funcionários públicos e dos pensionistas. Tudo isso aconteceu durante estes quatro anos e o senhor negou sempre até ao último dia", salientou.

É possível fazer diferente e melhor

As propostas que o PS tem vindo a apresentar ao país e que serão traduzidas no seu programa eleitoral, depois de um amplo debate público, "mostram que é possível fazer diferente e fazer melhor", referiu o líder parlamentar socialista.

Uma alternativa política que, frisou, "garante a saída de Portugal da atual situação de procedimento por défice excessivo, diminuindo a dívida pública e sendo compatível com a criação de emprego e o crescimento dos rendimentos".

Sublinhando as diferenças em relação ao "programa de continuação do desastre social" que a maioria de direita propõe para os próximos anos, Ferro Rodrigues salienta que "o PS quer contribuir de forma segura para uma trajetória de redução do défice público sem sacrifícios do investimento, da modernização e da proteção social". ■

CELEBRAÇÕES
DA SAÍDA DA
TROICA SÃO
INSULTO AOS QUE
SOFERAM COM A
CRISE

A VERDADE CONTRA CINCO MENTIRAS

AUGUSTO SANTOS SILVA



Qualquer observador/a minimamente atento/a já percebeu que a campanha da direita se vai basear no lançamento de falsidades sobre as propostas do PS e na criação de um clima de medo entre as pessoas

Qualquer observador/a minimamente atento/a já percebeu que a campanha da direita se vai basear no lançamento de falsidades sobre as propostas do PS e na criação de um clima de medo entre as pessoas. Deixo aqui um pequeno contributo para a desmontagem de tais falsidades. Indicarei cinco argumentos repetidos até à exaustão contra o PS e António Costa, que têm em comum faltarem à verdade dos factos.

Primeiro argumento: o PS não pode voltar ao Governo porque o PS é o responsável pela troica e o programa de ajustamento.

Falso: quem obrigou o país a recorrer ao resgate foi a coligação negativa de todas as forças políticas então na Oposição que chumbaram em março de 2011, no Parlamento, a alternativa que o Governo do PS tinha negociado com a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu. Essas forças chamam-se: PSD, CDS, PCP e BE. Foram elas que chamaram a troica.

Segundo argumento: o Governo Passos Coelho-Paulo Portas fez o que fez, porque tinha de cumprir o Memorando de Entendimento assinado pelo Governo anterior com a troica; não havia alternativa à política que foi seguida.

Falso: havia desde logo a alternativa de cumprir esse mesmo Memorando! O Memorando não previa nem obrigava a cortes adicionais de salários e pensões, nem ao aumento do IRS, nem à subida do IVA para a restauração. Foi o Governo PSD-CDS que forçou esses cortes, "indo além da troica". Por outro lado, o Memorando previa medidas que o Governo da direita se recusou a cumprir: por exemplo, intensificar a criação das Unidades de Saúde Familiar e implementar o Mapa Judiciário aprovado pelo PS.

Terceiro argumento: o programa de ajustamento foi duro (a terapêutica causou dor), mas produziu resultados (o "doente" ficou melhor).

Falso: Portugal ficou pior. Ficou pior a dívida pública, que subiu em mais de um terço, em relação ao PIB. Ficou pior a economia, que caiu mais de 5%. Ficou pior o emprego, tendo-se perdido mais de 400 mil postos de trabalho. Ficou pior o desemprego, cuja taxa subiu até aos 14%. Ficou pior a pobreza, designadamente entre as crianças e os jovens. Ficaram pior as desigualdades, tendo aumentado o fosso entre os rendimentos dos mais ricos e os dos mais pobres. Ficou pior a proteção social aos mais desfavorecidos. Ficou pior o rendimento disponível para as famílias. Ficaram piores os cuidados de saúde. O investimento recuou 30 anos e a emigração voltou aos níveis da década de 60.

Quarto argumento, que é variante do terceiro face à demonstração da sua falsidade: a sociedade perdeu, mas houve elementos económico-financeiros que melhoraram por responsabilidade do Governo.

Falso: os elementos que melhoraram, no plano financeiro, foram o valor dos juros e a acessibilidade aos mercados de dívida pública. Eles resultam da nova política do BCE, exatamente aquela contra a qual se pronunciou Passos Coelho. No plano económico, nenhum dos fatores do, aliás tímido, crescimento de 2014 e 2015, se deve ao Governo: no plano externo, o crescimento da Zona Euro, a desvalorização do euro e a descida do preço do petróleo; no plano interno, a minoração dos cortes nos salários e pensões imposta pelo Tribunal Constitucional.

Quinto e último argumento: o Governo vincula-se à política de austeridade, mas ao menos tem as contas feitas; ao passo que o PS quer deitar para trás a austeridade mas não apresenta os custos das medidas que propõe.

Falso: é exatamente ao contrário. Os compromissos do PS estão quantificados e o Cenário Macroeconómico que serve de referência ao seu Programa de Governo mostra precisamente como se enquadram na evolução financeira e orçamental antecipada para 2015-2019. Quem se comprometeu com 600 milhões de cortes nas pensões e não quer dizer como é que tencionaria obtê-los é o Governo!

Caras e caros leitores: só há uma maneira de derrotar a mentira: é desmascará-la com a verdade dos factos. ■

ESTE MÊS FOI NOTÍCIA



AUTARCAS SOCIALISTAS QUEREM REPOSIÇÃO DAS 35 HORAS

A Associação Nacional dos Autarcas Socialistas (ANA/PS) vai interpelar o Governo para retomar as 35 horas de trabalho semanal na Administração Pública, garantiu José Luís Carneiro, à margem da assembleia geral desta estrutura, realizada em Elvas.

Citando uma das conclusões primordiais de um estudo do Centro de Investigação da Universidade do Minho que indica que a redução do horário e a sua flexibilização tem impactos "muito positivos" e "determinantes" na forma como as famílias concebem a possibilidade de virem a ter filhos, o presidente da ANA-PS sublinhou o empenho e a determinação dos autarcas socialistas na defesa da autonomia do poder local, nomeadamente no que diz respeito à reposição das 35 horas laborais.

MÁQUINA FISCAL DESUMANA

Numa altura em que ainda permanecem na memória coletiva as polémicas em torno do "imperfeito" percurso contributivo e fiscal do primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, a máquina fiscal mostra-se cada vez mais descontrolada, desproporcional e desumanizada.

Só entre 2012 e 2014, o Fisco duplicou o número de penhoras a contribuintes, passando de 927 mil para dois milhões.

PS PROPÕE ADSE GERIDA POR GOVERNO E SINDICATOS

O PS pretende que a ADSE deixe de ser uma direção-geral e passe a ser um instituto público, sob a tutela do Ministério da Saúde, passando a sua gestão a ser assumida em conjunto pelo Governo e sindicatos do sector. Nesse sentido, O Grupo Parlamentar do PS apresentou um projeto de lei, com o objetivo de entrar em vigor a 1 de janeiro de 2016

Os deputados socialistas consideram que os beneficiários da ADSE "devem assumir, através de representantes institucionais, uma intervenção efetiva na condução dos destinos deste serviço, através da assunção de um conjunto de competências, quer no que se refere às orientações gerais de ação e aos objetivos a prosseguir, quer ao nível da organização e funcionamento ou em matéria orçamental".

BASÍLIO HORTA ELEITO PRESIDENTE DO CONSELHO METROPOLITANO DE LISBOA

O presidente da câmara municipal de Sintra, Basílio Horta, é o novo presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa, órgão deliberativo da Área Metropolitana de Lisboa (AML), cargo onde sucede a António Costa.

Na eleição da passada quinta-feira, o autarca de Sintra, independente eleito pela lista do Partido Socialista, recolheu o apoio de nove das 18 câmaras, representando 67,13% dos eleitores da AML. O novo presidente do Conselho Metropolitano anunciou que vai ser feito um trabalho de identificação "dos grandes temas que todos afetam", entre eles o da reabilitação urbana. Basílio Horta defendeu ainda que só será possível assumir responsabilidades na descentra-



JORGE FERREIRA

lização de competências da administração central desde que os municípios tenham os meios "para as levar a bom porto".

DIREITA TRAVA UNIDADES DE SAÚDE FAMILIAR

É mais uma confirmação que o atual Governo convive mal com o sucesso de algumas medidas da governação socialista. O Ministério da Saúde travou a fundo a criação de novas Unidades de Saúde Familiar (USF), um modelo elogiado pelos profissionais e utentes e previsto no acordo assinado com a troika.

Este ano, até maio, abriu apenas uma USF, apesar de haver 50 candidaturas ativas, pode ler-se num relatório publicado no site da Administração Central dos Sistemas de Saúde.

Recorde-se que a criação das USF resulta de uma reforma dos cuidados de saúde



DR

primários aprovada em 2006 pelo então ministro Correia de Campos que tinham por objetivo ser uma versão mais moderna dos centros de saúde tradicionais, com uma estrutura mais flexível, e que visava dar médico de família a mais pessoas.

EDUARDO PEREIRA

Eduardo Pereira, antigo ministro de dois dos governos liderados Mário Soares e antigo deputado socialista, faleceu no passado sábado. Contava 87 anos.

Engenheiro civil de formação académica, Eduardo Pereira foi ministro da Habitação, Urbanismo e Construção no primeiro Governo Constitucional (1976/1978) e ministro da Administração Interna do Governo PS/PSD (1983/1985). Foi também presidente da Federação de Setúbal do Partido Socialista e deputado em várias legislaturas.

António Costa sublinha que o PS perde "uma referência" com a morte de Eduardo Pereira, destacando a sua competência reconhecida e dedicação à causa pública. "Com o seu desaparecimento, o PS perde uma referência e um grande camarada que nunca virou a cara à luta e que deixa uma memória indelével a quem com ele contactou. Apresento



DR

em meu nome pessoal e em nome do PS as nossas mais sentidas condolências à família, cuja dor compartilhamos", refere o líder socialista numa nota de pesar. Já a presidente da Federação de Setúbal do PS, Ana Catarina Mendes, lamentou a morte do antigo deputado e ministro socialista, "uma figura de relevo no distrito e no país", tendo destacado o seu papel na institucionalização da democracia em Portugal.

GOVERNO FAZ NÚMERO POLÍTICO COM TARIFA SOCIAL

O PS acusa o Governo de estar a fazer um número político ao retomar o anúncio do alargamento dos descontos na eletricidade para as famílias carenciadas. Uma iniciativa que os socialistas dizem não passar de uma reciclagem de uma promessa não cumprida e retomada agora em vésperas de eleições.

Num projeto de resolução apresentado no Parlamento, o PS defende que os serviços do Instituto da Segurança Social comuniquem diretamente aos beneficiários de apoios sociais o direito que lhes assiste de acesso à tarifa social de energia e ao apoio extraordinário ao consumidor de energia, face aos elementos que possuem, nomeadamente pela "identificação dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção".

PS QUER OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA NAS ESCOLAS

Na sequência dos acontecimentos de violência entre jovens alunos na Figueira da Foz, o Grupo Parlamentar do PS apresentou um requerimento dirigido ao Ministério da Educação e Ciência onde pede a reativação do Observatório da Segurança em Meio Escolar.

Face à crise económica e social "com que muitos agregados familiares se debatem", os deputados do PS consideram que é obrigação do Ministério da Educação "assegurar as condições para um ambiente escolar seguro e disciplinado".

NÃO DESISTIMOS DE UM PAÍS MENOS DESIGUAL

"Não desistirmos de um Portugal mais desenvolvido", que "ambiciona aproximar-se dos países mais desenvolvidos e menos desiguais", foi a ideia defendida no dia 18 de maio pela deputada Sónia Fertuzinhos como um imperativo do Partido Socialista na estratégia de luta contra a pobreza.

A vice-presidente da bancada do PS intervinha numa mesa redonda sobre o tema "Compromisso para a definição de uma Estratégia nacional de Erradicação da Pobreza", iniciativa da Rede Europeia Anti-Pobreza, que teve lugar na Assembleia da República.



SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL PS INDISPONÍVEL PARA CORTAR NAS PENSÕES

António Costa reafirmou a total indisponibilidade do PS para ser parceiro do Governo num corte de pensões, garantindo que os atuais e futuros pensionistas podem ter confiança num Governo socialista.

O **SECRETÁRIO-GERAL** do PS falava no dia 27 de maio no encerramento de um colóquio, no Fórum Lisboa, sobre a sustentabilidade da Segurança Social, no qual participaram o ex-ministro Vieira da Silva, o coordenador do cenário macroeconómico socialista, Mário Centeno, o presidente da FAUL, Marcos Perestrello, e o vereador da Câmara de Lisboa, Manuel Salgado.

O PS, afirmou António Costa, recusa um novo corte definitivo de 600 milhões de euros nas pensões em pagamento, conforme pretende o Governo, e considera que é necessário o cumprimento escrupuloso das decisões do Tribunal Constitucional, garantido o cumprimento da proteção de confiança. "O PS garante as pensões já formadas, as pensões em pagamento e garante o princípio da confiança, com a certeza que garantir aos pensionistas de hoje a confiança que continuarão a receber as suas pensões é também garantir aos pensionistas de amanhã que podem ter confiança num sistema que honra hoje as suas obrigações como honrará amanhã as obrigações que tiver

para com eles", disse.

Na sua intervenção, António Costa fez questão mais uma vez de dissipar dúvidas sobre qualquer possibilidade de entendimento com o Governo que conduza a um corte de pensões. "Que fique claro, para o PS não há qualquer disponibilidade para, hoje ou amanhã, fazer qualquer tipo de compromisso que conduza ao corte de pensões proposto pelo Governo. Nós não aceitamos esse corte de pensões", frisou.

Por outro lado, o líder do PS defendeu a necessidade de reduzir temporariamente as contribuições dos trabalhadores para a Segurança Social (TSU), visando "o aumento do rendimento disponível das famílias", que considerou fundamental "para o relançamento da economia".

Não seremos parceiros da estratégia do Governo

Um dia antes, no debate de urgência na Assembleia da República requerido pelo Grupo Parlamentar socialista sobre a "ameaça de cortes nas pensões pelo atual Governo", já o deputado Vieira da Silva tinha

reafirmado que o PS não será parceiro da estratégia do Governo de redução das pensões. Na sua intervenção, Vieira da Silva recusou liminarmente os apelos da direita de associar o Partido Socialista a uma estratégia de redução das prestações sociais, que, frisou, "já provou ser orçamentalmente ineficaz e economicamente desastrosa. Não somos parceiros para essa estratégia".

O deputado socialista considerou que "não é socialmente aceitável, nem economicamente justificável que se renove a ameaça de cortar mais as pensões atribuídas. Não somos parte de uma política que já está a provocar mais instabilidade e mais incerteza nas famílias e na economia".

Vieira da Silva acusou ainda o Governo de, com as "erradas políticas de ajustamento inspiradas no logro da austeridade expansionista", ter produzido uma "brutal destruição" de 600 mil empregos, uma queda acentuada e prolongada dos salários e uma maior precarização das relações laborais. E tudo isto, explicou, "retirou milhares de milhões de euros ao sistema de Segurança Social".



TRÊS PERGUNTAS A JORGE GOMES

SECRETÁRIO NACIONAL
PARA A ORGANIZAÇÃO

A "máquina" socialista está pronta a responder aos exigentes desafios do ponto de vista organizativo que se vão colocar até às próximas eleições legislativas?

O Partido Socialista encontra-se motivado e mobilizado, como se demonstrou no comício do Palácio de Cristal, no mês passado, com milhares e militantes e simpatizantes (como não se via há muitos anos), bem como em todos os encontros que temos vindo a realizar por todo o país.

A tarefa de organizar as actividades de preparação do partido para a campanha eleitoral é exigente mas estamos preparados. Os eleitores sabem que somente o PS está em condições de ser a Alternativa de Confiança!

Qual o segredo, na sua opinião, para António Costa nas diversas iniciativas socialistas em que tem participado ter sempre conseguido fortes mobilizações de militantes e simpatizantes?

Em primeiro lugar, destaco a sua imagem de credibilidade e rigor, o seu carisma, a proximidade às pessoas, o seu trabalho incansável e a sua determinação em ganhar as próximas eleições e devolver a dignidade aos portugueses.

Depois, a sua mensagem clara e um discurso com que as pessoas se identificam. Não é um homem de meias palavras.

Que mensagem quer deixar aos militantes socialistas em relação aos desafios que o partido tem pela frente?

O meu pedido é que os militantes se envolvam na campanha, na construção da mudança e nas atividades do partido. Apesar das sondagens favoráveis, sabemos que as eleições só se ganham nas urnas. Estamos a construir o nosso programa mas depois é essencial passar a nossa mensagem.

O combate à retórica da direita e à abstenção devem ser as nossas maiores preocupações. Cada militante deve dar o seu contributo, com a sua força, a sua presença e a sua disponibilidade para um cabal esclarecimento e mobilização dos eleitores, colocando acima de tudo o interesse do PS e de Portugal. ■ **J.C. CASTELO BRANCO**



ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRETORA Edite Estrela // **CONSELHO DE REDAÇÃO** António Correia de Campos, Hugo Mendes, José Manuel dos Santos, Maria José Leitão, Maria Manuel Leitão Marques, Mariana Vieira da Silva, Paulo Pedroso // **REDAÇÃO** J.C. Castelo Branco (chefe de Redação), Mary Rodrigues, Rui Solano de Almeida // **FOTOGRAFIA** Jorge Ferreira // **LAYOUT, PAGINAÇÃO E EDIÇÃO INTERNET** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista // **REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00; Fax 21 382 20 33 // accasocialista@ps.pt // **DEPÓSITO LEGAL** 21339/88 // **ISSN** 0871-102X // **IMPRESSÃO** Grafedisport - Impressão e Artes Gráficas, SA

Os artigos de opinião são da inteira responsabilidade dos autores. O "Acção Socialista" já adotou as normas do novo Acordo Ortográfico.

Este jornal é impresso em papel cuja produção respeita a norma ambiental ISO 14001 e é 100% reciclável. Depois de o ler colabore com o Ambiente, reciclando-o.





PROGRAMA ELEITORAL DO PS

UM PROCESSO RIGOROSO PARTICIPADO E PLANEADO

A APRESENTAÇÃO da versão final do programa eleitoral do PS, que decorrerá nos dias 5 e 6 de junho, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, durante a Convenção Nacional "Alternativa de Confiança" é o culminar de um processo rigoroso, participado e planeado.

Assim, em novembro de 2014, António Costa apresentou a **Agenda para a Década do PS**, um documento com uma perspetiva de longo prazo para o país, a 10 anos. Seguiu-se, em abril de 2015, a apresentação do **cenário macroeconómico**, elabora-

do por um grupo de 12 economistas coordenado por Mário Centeno, que identificou uma margem financeira para fazer uma política diferente. Já em maio, o Grupo de Estudos do PS, coordenado por João Tiago Silveira, apresentou o **projeto de programa**

eleitoral do PS, que passou por uma discussão alargada com os militantes socialistas e os cidadãos. Nesse sentido, seguiram-se as seguintes fases: apreciação e votação do programa eleitoral pela Comissão Nacional, a 24 de maio; lança-

mento da votação pelos cidadãos no âmbito do programa participativo entre 25 e 29 de maio; e o final do período de receção e discussão de propostas e comentários enviados por militantes e cidadãos, entre 29 de maio e 2 de junho. ■



ALTERNATIVA DE CONFIANÇA

CONVENÇÃO NACIONAL 2015

Esteja presente na **Convenção Nacional "Alternativa de Confiança"**, para a apresentação do Programa Eleitoral do PS, a realizar nos próximos dias **5 e 6 de Junho de 2015**, no **Coliseu dos Recreios**, em **Lisboa**.

Os trabalhos começarão pontualmente no **dia 5** (sexta-feira) às **21.00h** e no **dia 6** (sábado) às **9:30h**.

A intervenção de encerramento do Secretário-Geral, **António Costa**, terá lugar às **17:00h** de sábado, 6 de Junho.

Nota: **Dada a lotação limitada da sala e para evitar aglomerações, levante o seu bilhete de acesso a partir das 19:00h do dia 5, sexta-feira.**

NÃO FALTE. CONTAMOS CONSIGO.

Mais informação:
www.ps.pt